

# BOAS PRÁTICAS



## “Dra. Fraude” se candidata para vaga de editora

Quarenta e oito publicações predatórias aceitaram uma personagem fictícia em seu corpo editorial

Representantes de conselhos editoriais de 360 revistas científicas de acesso aberto receberam em 2015 um e-mail de uma certa Anna Olga Szust, jovem professora do Instituto de Filosofia da Universidade Adam Mickiewicz, na Polônia. Na mensagem, ela se dispunha a atuar como editora das publicações, embora oferecesse escassas credenciais acadêmicas: no currículo, havia apenas alguns trabalhos apresentados em conferências e um capítulo de livro, cujo título sugeria que jovens mulheres nascidas na primavera seriam mais atraentes fisicamente do que as outras. Em pouco tempo, vieram respostas. Anna foi aceita como editora por 48 periódicos e quatro chegaram a convidá-la para assumir o posto de editora-chefe “sem responsabilidades”, como escreveu um dos interlocutores. Houve também uma oferta para ela ajudar a criar uma nova revista.

A facilidade com que a inexperiente e desconhecida professora foi atendida já seria grave. O caso, porém, revela algo muito pior:

Anna Olga Szust não existe. A inicial do nome do meio e o sobrenome, juntos, formam a palavra polonesa *oszust*, que pode ser traduzida como fraudador ou trapaceiro. A personagem foi criada por pesquisadores de universidades da Polônia, da Alemanha e do Reino Unido, que a apelidaram de “Dra. Fraude”, numa investigação sobre o modo de operar das chamadas revistas predatórias, como são conhecidas as publicações que divulgam *papers* sem submetê-los a uma genuína revisão por pares – basta pagar para ver o artigo publicado.

“Anna foi criada justamente para ser uma péssima opção como editora”, disse à revista *The New Yorker* Katarzyna Pisanski, professora da Escola de Psicologia da Universidade de Sussex, no Reino Unido, uma das organizadoras do teste, coordenado por Piotr Sorokowski, pesquisador da Universidade de Wrocław, na Polônia. O grupo publicou um artigo em março na *Nature* narrando a experiência – sem, contudo, revelar o nome das revistas. A frequência com que pesquisadores

recebem convites por e-mail para integrarem o corpo editorial até mesmo de periódicos fora de sua área de especialização motivou o grupo a investigar o que havia de errado na forma de recrutamento. Os e-mails assinados pela “Dra. Fraude” foram enviados a 360 periódicos escolhidos aleatoriamente, parte deles indexados no *Journal of Citation Reports (JCR)*, ligado ao Web of Knowledge, e parte no Diretório de Revistas de Acesso Aberto (Doaj, em inglês). Também serviu como base uma lista de revistas de acesso aberto suspeitas compilada por pesquisadores da Universidade do Colorado, nos Estados Unidos.

Nenhuma revista indexada no *JCR* respondeu ao e-mail. O estudo mostra que, dos periódicos que responderam à mensagem, poucos questionaram Anna O. Szust sobre sua experiência. E nenhum fez qualquer tentativa de entrar em contato com a instituição com a qual a falsa pesquisadora manteria vínculo. O currículo da “Dra. Fraude” foi cuidadosamente construído pelos autores do estudo. O e-mail continha seus interesses acadêmicos, dentre os quais história da ciência e ciências cognitivas, endereço eletrônico, uma fotografia e link para sua página hospedada no site da Universidade Adam Mickiewicz. Também foram criadas contas em redes sociais, como o Google+, o Twitter e o Academia.edu. Pelo menos uma dúzia de revistas condicionaram a indicação de Anna como editora

a alguma forma de pagamento ou doação. Em alguns casos, foi exigido pagamento de uma taxa. Um periódico chegou a cobrar US\$ 750, depois reduziu o valor para “apenas US\$ 650”.

Outros periódicos pediram à personagem que organizasse uma conferência e informaram que os trabalhos submetidos ao evento seriam publicados desde que os autores pagassem uma taxa. Um editor chegou a sugerir a partilha dos lucros: 60% para a revista e 40% para Anna. De acordo com a pesquisa, das oito revistas do Doaj que aceitaram Anna como editora, seis permanecem no diretório.

Publicar em uma revista de acesso aberto de prestígio não custa barato. Revistas da Public Library of Science (*PLOS*), por exemplo, podem cobrar de US\$ 1.495 a US\$ 2.900 para publicar um artigo. “Já as revistas predatórias cobram muito menos, entre US\$ 100 e US\$ 400”, disse em entrevista a *The New York Times* Jeffrey Beall, bibliotecário da Universidade do Colorado, criador de uma lista de publicações predatórias utilizadas no estudo. Na avaliação de Beall, a responsabilidade não deve recair apenas sobre os editores predatórios, pois a maioria dos pesquisadores que paga para publicar em revistas de baixo nível sabe exatamente o que está fazendo. “Acredito que há inúmeros pesquisadores que conseguiram emprego ou promoções valendo-se

de artigos que publicam nesse tipo de revista, atribuindo essa produção científica como parte de suas credenciais acadêmicas”, criticou.

David Crotty, diretor da editora Oxford University Press, concorda que as revistas predatórias se tornaram mais presentes porque satisfazem uma necessidade de mercado. “Os editores predatórios de fato agem de maneira desonesta e enganosa, mas, ao mesmo tempo, atendem ao desejo de alguns autores de enganar os responsáveis pela avaliação de seu desempenho”, escreveu Crotty em artigo publicado em fevereiro no portal *The Scholarly Kitchen*. Enquanto os periódicos considerados legítimos, que se baseiam na revisão por pares, costumam demorar meses ou até mais de um ano para analisar e aceitar ou rejeitar um artigo para publicação, as revistas predatórias reduzem esse tempo a poucas semanas, ao adotarem um sistema de seleção frouxo ou inexistente.

Algumas instituições começam a propor ações para coibir o avanço das revistas predatórias. A Associação Mundial de Editores Médicos (Wame) divulgou no dia 18 de fevereiro um alerta no qual afirma que instituições científicas e centros de pesquisa precisam começar a monitorar pesquisadores que atuam como editores ou membros de conselhos editoriais de publicações suspeitas. Como medida punitiva, sugere às instituições o afastamento deles. Um estudo recentemente publicado na revista *BMC Medicine* também destacou a necessidade de organizações científicas e de ensino serem mais rígidas com pesquisadores que corroboram as práticas das publicações predatórias. No estudo, os autores, entre eles Virginia Barbour, presidente do Committee on Publication Ethics (Cope), chama a atenção para os perigos da ação dessas revistas na área médica. “Quando não submetida ao escrutínio rigoroso da revisão por pares, a pesquisa clínica de baixa qualidade pode ter seus resultados incluídos, por exemplo, em um trabalho de revisão, poluindo o registro científico. Em biomedicina, isso pode resultar em danos aos pacientes”, conclui o estudo.



